



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 19, v. 1
jan-jun.2023
p. 194-207

A teia de solidariedade de gênero, raça e classe na experiência da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro

(The web of gender, race and class solidarity in the experience of the Popular Collective of Women from the West Zone of Rio de Janeiro)

(La red de solidaridad de género, raza y clase en la experiencia del Colectivo Popular de Mujeres de la Zona Oeste de Río de Janeiro)

Silvia Baptista¹

Caren Freitas²

Mariana Bruce³

RESUMO: A Teia de Solidariedade da Zona Oeste é uma práxis criada pela Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, na periferia do Rio de Janeiro, como forma de re-existência dentro de um contexto de pandemia marcado por extrema insegurança alimentar e nutricional e pela fragilização da soberania alimentar. Como estratégia de luta, em um território de maioria negra e de maior produção de alimentos da cidade, saímos em defesa do “morar e plantar”, articulando as lutas pela terra, pela moradia, pela alimentação adequada, pelo Bem Viver, pelo autocuidado e cuidado radical e pela saúde integral. Em um ambiente hostil e de militarização, tendo como ênfase a perspectiva da população negra, foi possível suscitar outras práticas de cuidado e cura. Mesmo em um cenário desolador dos pontos de vista social, econômico e político, logrou-se fortalecer uma auto-organização de mulheres, principalmente mulheres negras, com resultados expressivos: entre 2021 e 2022 foram mais de quatro toneladas de alimentos distribuídos comprados diretamente da agricultura local. Cabe enfatizar que esse quadro só foi possível porque já havia um processo de auto-organização precedente nos territórios e também pelas condições de produção de alimentos e água existentes nesta região da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: covid-19; soberania alimentar; autocuidado; saúde integral; Bem Viver.

Abstract: The Teia de Solidariedade da Zona Oeste is a praxis created by the Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, on the outskirts of Rio de Janeiro, as a form of re-existence within a pandemic context marked by extreme food and nutritional insecurity and the weakening of food sovereignty. As a fighting strategy, in a territory with a black people majority and greater food production in the city, we defended the idea of “living and planting”, articulating struggles for land, housing, adequate food, Good Living, self-care and radical care and integral health. In a hostile and militarized environment, emphasizing the perspective of the black population, it was possible to raise other care and healing practices. Even in a bleak scenario from a social, economic and political point of view, it was possible to strengthen the self-organization of women, mainly black women, with expressive results: between 2021 and 2022, more than four tons of food were distributed, bought directly from local agriculture. It should be emphasized that this scenario was only possible because there was already a process of self-organization in the territories and also because of the conditions for producing food and water in this region of the city.

Keywords: covid-19; food sovereignty; self-care; comprehensive health; well-being.

Resumen: La Teia de Solidariedade da Zona Oeste es una praxis creada por la Coletiva Popular de Mujeres de la Zona Oeste, en la periferia de Río de Janeiro, como una forma de reexistencia en un contexto de pandemia marcado por la extrema inseguridad alimentaria y nutricional y el debilitamiento de la soberania alimentar. Como estrategia de lucha,

1 Mulher negra, pesquisadora militante da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, pedagoga, mestra em Saúde Coletiva, doutoranda em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

2 Mulher não branca, graduada em Economia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, especialista em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR e mestre em Desenvolvimento Territorial pelo PPGDT/UFRRJ. É integrante da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste e Teia de Solidariedade da Zona Oeste.

3 Mulher branca antirracista, pesquisadora militante, professora adjunta de História da América Contemporânea da Universidade Federal Fluminense, pesquisadora do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC/UFF) e colaboradora da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste e da Teia de Solidariedade da Zona Oeste (Rio de Janeiro/Brasil).



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 12/04/2023

Aceito em 16/04/2023

en un territorio de mayoría negra y con mayor producción de alimentos en la ciudad, defendimos la idea de “vivir y sembrar”, articulando luchas por tierra, vivienda, alimentación adecuada, Buen Vivir, autocuidado y atención radical y salud integral. En un ambiente hostil y militarizado, enfatizando la perspectiva de la población negra, fue posible plantear otras prácticas de cuidado y sanación. Aún en un escenario sombrío desde el punto de vista social, económico y político, se logró fortalecer la autoorganización de las mujeres, principalmente negras, con expresivos resultados: entre 2021 y 2022 se distribuyeron más de cuatro toneladas de alimentos, comprado directamente de la agricultura local. Cabe destacar que este escenario solo fue posible porque ya existía un proceso de autoorganización en los territorios y también por las condiciones de producción de alimentos y agua en esta región de la ciudad

Palabras clave: covid-19; soberanía alimentaria; cuidados personales; salud integral; Buen Vivir.

Introdução

Uma histórica resistência e muitas lutas se fazem necessárias à vida das mulheres em uma região contraditória e violenta da borda Oeste da cidade do Rio de Janeiro e em seu entorno na Baixada Fluminense. Ainda que não tenhamos distância o bastante para compreender suficientemente o quanto fomos marcadas pela pandemia do coronavírus, é possível afirmar que esta trouxe uma camada de complexidade que modificou para sempre a organização na região.

Nessa ocasião, pudemos enfrentar o negacionismo, a disseminação de discursos anticiência e antivacinas, o desemprego, a fome e a insegurança alimentar de forma autônoma e autogestionada. Lutamos pela saúde integral e pelo Bem Viver. E isso se deu, em grande medida, por um longo percurso que antecedeu a pandemia. A busca por convergência entre diferentes grupos de ação comunitária foi o chão firme para o enfrentamento aos danos colaterais da covid-19. Mesmo em um cenário desolador dos pontos de vista social, econômico e político, como é a Zona Oeste, logrou-se fortalecer uma auto-organização de mulheres, principalmente mulheres negras, com resultados expressivos: entre 2021 e 2022 foram mais de quatro toneladas de alimentos distribuídos comprados diretamente da agricultura local. Portanto, neste artigo, voltamos alguns passos dessa história, ressaltando o surgimento simultâneo das práticas de agroecologia e da organização popular das Mulheres da Zona Oeste para que, com isso, possamos iluminar as origens da práxis da Teia de Solidariedade nos últimos três anos.

A TEIA COMO PRÁXIS DA COLETIVA POPULAR DE MULHERES DA ZONA OESTE

A história da mobilização das mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro tem um elemento ancestral inspirado nas matriarcas de nossa sociedade que souberam mostrar caminhos, preservar práticas, consolidar terreiros e quilombos que re-existiram ao longo do tempo. Em determinado ponto da história contemporânea, nossa geração assumiu a continuidade dessas lutas. Grupos de atuação liderados por mulheres foram se consolidando em territórios diferentes dessa região intramunicipal. Em muitos dos casos eram as mulheres negras que estavam à frente desses movimentos, partindo de contextos locais diversos e adversos.

Muitas dessas mulheres herdaram da ancestralidade e das provocações de Lélia González,



Beatriz do Nascimento, Angela Davis e outras, a preocupação prioritária com as mulheres negras. Na região, organizadas ou não, algumas se destacavam na atuação comunitária. Eram egressas do movimento negro carioca dos anos 1980, em que se incluem: Joana Angélica de Souza, Maria de Fátima Machado e Silvia Baptista. Mais recentemente, Denise Ferreira da Silva, dessa mesma geração de mulheres, tem feito sua contribuição intelectual à Teia de Solidariedade.

O Comitê Popular de Mulheres da Zona Oeste/CPMZO⁴ surgiu em 2006, como resultado do primeiro ano do Curso Mulheres e Economia, organizado pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs)⁵. Nesse mesmo ano, surgiu entre as comunidades tradicionais do Maciço da Pedra Branca a palavra agroecologia, menos como ciência e muito mais como um chamamento à defesa socioambiental e agrícola. Ressaltamos essa sincronicidade, pois se dá num contexto de reunião de muitas dessas mulheres que atuavam de maneira descentralizada em seus locais de moradia, seções sindicais, coletivas, ONGs, igrejas, terreiros etc. Alguns anos depois, em 2015, algumas delas participaram também de uma outra iniciativa proposta e financiada pelo Instituto Pacs de desenvolver um projeto de pesquisa militante⁶ - ou militância investigativa - na Zona Oeste. Intitulado de Militiva, esse grupo de pesquisa foi determinante sobre os olhares mais recentes que cunharam a Teia de Solidariedade. O processo do Militiva percorreu vários territórios da Zona Oeste durante dois anos. O resultado foi uma Cartografia Feminista, que ofereceu uma releitura do território desde a perspectiva das mulheres que o habitam. Uma característica que se destaca nesse mapeamento é a complexidade e diversidade da leitura territorial. Essa leitura foi organizada em duas chaves: resistências e violências. Nessa última categoria foram registrados elementos ameaçadores da integridade física e territorial, como o capital transnacional, a especulação imobiliária, o sequestro das águas e as diferentes violências perpetradas contra as mulheres e suas crias. Para resistir, era indispensável uma convocatória antirracista, compreendendo que o recorte racial era central para desvendar tanto as violências sofridas quanto as re-existências protagonizadas por essas mulheres⁷. Nesse sentido, a Cartografia foi intitulada “Enfrentamento aos racismos pelos olhares das mulheres”.

No que tange ainda às resistências mapeadas, pontuamos os feminismos; as relações agroecológicas na terra e no mar (com a beleza trazida pelas pescadoras e marisqueiras); as práticas

4 A Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste surgiu inicialmente como Comitê e, somente posteriormente, assumiu o formato final de "coletiva".

5 O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul é uma ONG que busca aliança com coletividades auto-organizadas nos territórios para fomentar o debate crítico ao modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal e fortalecer alternativas de justiça econômica, social e ambiental. (Cf. Pacs, 2023)

6 Participação por bairro: em Campo Grande: Marina Ribeiro, Rosilene Almeida, Rosineide Freitas, Saney Souza, Gorete Rosa, Caren Freitas, Hillary Santos, Selma Jales, Ana Maria, Laryssa Rufino; em Sepetiba: Caren Freitas, Ana Maria, Elô Nunes, Gorete Rosa, Karolaine Mendes, Camila Gomes Alves, Marta Mendes; nas Vargens: Maraci Soares, Maria Bomfim, Elô Nunes, Giovana Berti, Mariana Bruce, Renata Souto, Silvia Baptista, Francis Oliveira.

7 O título final deste trabalho foi “Cartografias feministas: enfrentamento aos racismos pelo olhar das mulheres” e pode ser consultado em militiva.org.br.



e os saberes tradicionais; a arte, a cultura e a educação popular; a economia feminista comunitária e a luta por moradia. Podemos dizer que esse mapa continha um diagnóstico e um prognóstico do que estava para vir. Mais alguns anos se passaram. Essas mulheres seguiram no enfrentamento às violências e nas re-existências em distintos pontos da Zona Oeste. Na região das Vargens, por exemplo, algumas envolveram-se mais diretamente nos embates em torno da questão urbana, dado que se trata de um território frágil, produtor de águas e alimentos, alvo da especulação imobiliária. Cumpriram um importante papel na elaboração do Plano Popular das Vargens (PPV), uma proposta de planejamento urbano de base popular. (APPV, 2017) Um dos importantes aportes do plano e que foi cunhado por essas mulheres é a defesa do “morar e plantar” na cidade, uma insígnia que redefine as lutas em defesa da moradia, considerando que não basta ter um teto, mas é preciso ter garantido o direito de plantar seu alimento.

Em fins de 2019, foi feito um chamado às mulheres para olhar com maior engajamento para a produção do espaço urbano que ameaçava nossa cultura e modos de vida. Convocamos um seminário para ser realizado no ano seguinte. No início de 2020, tivemos um encontro potente que apontava para alguns eixos prioritários sobre os quais iríamos nos debruçar. Porém, com o desencadeamento da pandemia em março, tivemos que alterar nossos planos e reorientar nossa bússola. O seminário se converteu em encontro on-line com o título Morar e plantar na cidade: terra e o caminho das águas. Naquele momento, ainda iniciávamos esse aprendizado das rodas de diálogo em meio virtual. Nem todas conseguiram participar. Mas foi feita, como a primeira reunião de inúmeras, em ambiente virtual.

Uma das convidadas nessa ocasião é um ícone do feminismo negro da região, Marina Ribeiro. Sua fala refletiu a visão majoritária sobre as condições infraestruturais a serem enfrentadas pelas mulheres negras. Naquele momento, a covid-19 tinha feito sua primeira vítima: era uma mulher negra, empregada doméstica. Sabíamos por experiência, por inspiração ancestral, mas também confirmado pelos indicadores sociais que as mulheres negras seriam as mais vulneráveis na conjuntura que se iniciava e era preciso agir.

Foi assim que, no dia 21 de março de 2020, pelo chamado de Marina Ribeiro, que nasceu uma nova práxis no Comitê Popular de Mulheres (CPMZO) e sua Militiva: a Teia de Solidariedade da Zona Oeste. E se trata de uma convergência, uma relação entre os territórios que apresentaram algum grau de vulnerabilidade alimentar com os territórios que produziam alimentos e que, nos primeiros meses da pandemia, também foram duramente afetados por não conseguir comercializar sua produção. Foi tecida, então, uma teia de solidariedade entre os camponeses da cidade e as famílias em vulnerabilidade, observando os devidos recortes de gênero, raça e classe.



Tecendo a Teia

A Teia de Solidariedade da Zona Oeste é uma articulação política, gerida e gestada por mulheres, com protagonismo de mulheres negras, que congrega coletivas, coletivos e instituições que atuam nesta região da cidade do Rio de Janeiro. Região em sua maioria de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, cuja desigualdade social é agravada pelos piores índices socioeconômicos de saúde, educação, saneamento básico, dentre outros.

A partir da nossa articulação, passamos a pleitear que a Zona Oeste fosse visibilizada na pauta do debate público sobre a pandemia no Rio de Janeiro, região que também possui os maiores índices de mortes da cidade. Nesse cenário, buscamos arrecadar doações em caráter emergencial, sem perder de vista a pauta da soberania alimentar que passa pela reivindicação do direito de plantar na cidade. Os principais territórios de atuação foram: Bosque dos Caboclos, Quilombo Dona Bilina (Campo Grande); Piracema (Santa Cruz); Saquassu (Urucânia); Shangri-la e Camorim (Jacarepaguá); Recanto do Ipiranga (Sepetiba); Vargens (comunidades de Cascatinha, Santa Luzia e outras nos arredores); Cesar Maia; dentre outros que trouxeram demandas externas da Zona Oeste.

Ao longo de nossa caminhada no combate à fome e no fortalecimento e visibilização da agricultura quilombola, dos quintais, agroecológica ou de transição agroecológica, construímos inúmeras parcerias, em distintas escalas, enfatizando também uma perspectiva de saúde integral para a população negra e a construção do Bem Viver. Cabe destacar outras organizações que atuam na Zona Oeste do Rio de Janeiro e que contribuíram para o desenhar da Teia, seja através do fornecimento de alimentos, como as cooperativas, seja por meio das articulações políticas, técnicas, tais como Agroprata, Articulação Plano Popular das Vargens, As Mariamas, Associação de Agroecologia de CG, Associação de Moradores Jardim Moricaba, Baque Mulher, CEM, Coletivas As Caboclas, Brincantes da Pedra Branca, Casa do Perdão Cultura Santa Cruz, Coletiva Hortelã, Feira da Roça Agroecologia e Cultura (FRAC), Fórum Estadual de Mulheres Negras em sua expressão local (FEMNegras GT ZO), Fórum das Vargens, Grupo de Formação de Defensoras Populares da ZO, Coletivo Piracema, Ifhep, Instituto Pacs, Josefinas, Mães e Crias na Luta, Recanto do Ipiranga, Movimentos de Moradias ZO, Mulheres de Pedra, Mulheres de Sepetiba, Museu das Remoções, Pastoral da Criança, Pastoral das Favelas, Quilombo Cafundá Astrogilda, Quilombo do Camorim, Quilombo Dona Bilina, Rede Ecológica, Roda de Mulheres da Rede CAU e Sepe – Regional Santa Cruz.



bairros vão surgindo, como Campo Grande e Santa Cruz. Estas são regiões de incidência da Teia de Solidariedade e são mais fortemente marcadas por uma alta concentração de pessoas negras, somada a grandes problemas de infraestrutura urbana, assistência social e acesso aos direitos básicos (CASTRO et al., 2020). É em Campo Grande, por exemplo, o local com maior número de ocorrências de violência contra a mulher. Segundo a pesquisadora militante Danielle Peixoto (2017, p. 49), com base em dados do Datasus, do IBGE e do Instituto de Segurança Pública, “Campo Grande (AISP 40) destaca-se especialmente, apresentando 17.900 casos no total do período analisado. Isto corresponderia a uma média de quase 3000 mulheres violentadas por ano, ou seja, mais de 8 mulheres violentadas por dia”.

Outra inequidade⁸ no território é a forte presença das milícias, agrupamentos armados, paramilitares, com inspiração na chamada “polícia mineira” e que contam com a participação de agentes públicos. (HIRATA; COUTO, 2022) Atuam no controle armado de territórios periféricos e monopolizam a venda de serviços, como fornecimento de gás de cozinha, internet e transporte alternativo. O movimento de mulheres da Zona Oeste que deu origem à Teia de Solidariedade conceituou as milícias como forças militarizadas que expressam as violências legitimadas ou impostas pelas instituições do Estado que, ao invés de garantir os nossos direitos, funcionam como pilares da perpetuação do machismo, do racismo e do capitalismo. (Cf. MILITIVA, 2018). Nesse sentido, incorporamos em nossa linguagem à expressão militarização que corresponsabiliza o Estado pela violência. O impacto dessa realidade precarizada, violenta e militarizada sobre a cultura política da região é bastante significativo. Nas eleições majoritárias de 2022, a Zona Oeste garantiu uma votação expressiva no candidato de orientação fascista, Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), compreendendo zonas eleitorais com 60% a 76% de votos no candidato da extrema direita. (TRE, 2022)

A luta por visibilizar as nossas pautas é advinda, em grande parte, da precariedade dos serviços e equipamentos públicos nas periferias da periferia da Zona Oeste do Rio de Janeiro. São regiões que possuem os piores índices de saneamento básico. Em número de domicílios, por exemplo, Santa Cruz lidera a lista de ausência de qualquer tipo de esgotamento sanitário. Em relação à cobertura da rede de esgoto, Vargem Grande é a que pior possui tal amplitude. E, infelizmente, é também em Santa Cruz que temos o maior número de óbitos de crianças de até um ano. Essa é uma realidade que não corresponde a toda Zona Oeste, pois, como vimos, essa é uma região muito desigual, mas fala muito sobre suas periferias. E não à toa são essas regiões que possuem o maior número de pessoas pretas e pardas (IBGE, 2010).

⁸ Sinônimo de falta de equidade e difere de iniquidade.



Apesar desse cenário desolador dos pontos de vista social, econômico e político, do ponto de vista ambiental, a Zona Oeste é agraciada com diversas unidades de conservação, conforme já mencionamos. São parques que protegem expressivos fragmentos de mata atlântica e, em alguns casos, habitados também pelos povos das florestas que auxiliam em sua preservação, além de plantar alimentos. O Maciço da Pedra Branca é um exemplo. É repleto de experiências de agricultura tradicional quilombola que segue re-existindo a despeito dos muitos esforços em remover esses povos em nome de uma suposta preservação. De 2006 a 2012, as lutas em defesa da permanência desses agricultores e agricultoras e em prol do reconhecimento público da produção de alimentos que ocorre nessa área se intensificaram, tornando-se um importante vetor para a organização popular. Foi nesse contexto que mulheres negras, agricultoras, pesquisadoras e consumidoras solidárias se uniram para responder às ameaças de remoção dessa população tradicional e agricultora, utilizando a defesa da agroecologia e da agricultura urbana como bandeiras de luta.

Sendo assim, são nesses territórios que temos uma riqueza de produções: alimentos, cultura, resistência e reexistência. No âmbito da produção de alimentos, é na Zona Oeste que há a maior produção do estado do Rio de Janeiro de banana, abacate e acerola, segunda em coco-da-baía e terceira em caqui. Isso sem falar em outras produções diversas, demonstrando a importância da agrobiodiversidade e a importância da defesa dos agricultores e agricultoras que habitam esse território (IBGE, 2017). Nesse aspecto, a nossa luta pelo combate à fome se juntou com a luta pelo fortalecimento dos territórios tradicionais, que vivem constantemente ameaçados pela especulação imobiliária e pelo avanço do capital em suas mais diversas formas.

SOBERANIA ALIMENTAR

Alimentos frescos, o nosso direito de comer bem!

Desde antes da pandemia, a luta contra a fome tinha se tornado nossa pauta não apenas por necessidade, mas por ela ser também política, uma vez que entrelaça a luta por terra, moradia, alimentação adequada, Bem Viver, saúde, autocuidado e cura coletiva. É, portanto, uma prefiguração frente a toda a contradição que vivemos diariamente.

São muitas as contradições que vivenciamos no dia a dia. A questão do acesso aos alimentos saudáveis e nutritivos, sem agrotóxicos e transgenia é uma das que mais nos mobiliza: hoje, somente as classes médias e elites embranquecidas têm acesso a esse tipo de alimento nos supermercados e feiras orgânicas. Enquanto isso, nossa parentela negra, parda e periférica sofre com a alta dos preços dos alimentos, a pouca variedade e a diminuição cada vez maior da qualidade dos alimentos disponíveis. Como aceitar essa discrepância se habitamos o território com maior produção de



alimentos do município? Territórios onde os agricultores e agricultoras são quilombolas, pretos, pretas, não brancos e que defendem o legado de trabalhar na terra de forma harmônica e respeitosa, produzindo alimentos para si e para os outros mesmo em face dos riscos constantes gerados pela especulação imobiliária, a militarização, as milícias e a crescente urbanização e industrialização⁹.

Cabe enfatizar que a soberania alimentar é um conceito que se forja no campo de lutas das classes trabalhadoras e camponesas contra injustiças como essas que descrevemos. Foi criado mais especificamente em 1996 pelos camponeses do mundo inteiro, reunidos em Roma, Itália, durante a Cúpula Mundial pela Alimentação. É considerado um projeto político que prioriza a produção agrícola local, o acesso a terra, água, sementes e créditos; o direito dos camponeses de produzir os alimentos; o direito das consumidoras e consumidores de decidirem o que querem consumir; e o direito dos povos de definir sua política agrária. Portanto, tem uma natureza transescalar.

Entrelaçar, na práxis, a distribuição de alimentos com o fortalecimento da agricultura dos nossos territórios perpassa tratar de maneira coletiva e não individualizada as problemáticas em torno do acesso à terra, do direito de plantar na cidade. Desse modo, envolve problemáticas estruturais complexas. O enfrentamento à fome traz uma necessidade de adequação ao léxico conquistado nas lutas políticas ao longo dos anos. A perspectiva da segurança alimentar, por exemplo, foi cunhada a partir dos organismos liberais transnacionais que falam de uma “segurança alimentar plena” ou de “insegurança alimentar grave”. Porém, essa conceituação é individualizante e, por isso, muitas militantes e pesquisadoras têm rejeitado esse grupo de conceitos. Somos favoráveis que se mantenha essa nomeação com a devida crítica do triste fenômeno da fome, sem que se perca de vista que nossa luta vai além, é pela Soberania Alimentar para todos, todas, todes. É pelo Bem Viver.

No nosso caso, levar a batata-doce rosa sem veneno, agroecológica, para os nossos, por exemplo, fez reacender o debate de quem produz e como. Fez pensar como a prefiguração de uma reforma agrária agroecológica poderia acender essa perspectiva como realidade para todos e todas, e não somente para aqueles que podem pagar.

É nessa teia, da coletividade feminina e feminista preta, que vamos tecendo possibilidades, criando a subversão de que o trabalhador e a trabalhadora merecem uma realidade diferente daquela que nos é imposta. É um pedaço pequeno de grandes possibilidades de transformação, mas é um pedaço que tratamos com afeto e que pode mover pessoas, realidades.

9 A situação da Ternium (antiga TKCSA), por exemplo, deixa retinto o racismo ambiental e como a produção agroecológica não é algo do espectro individual. Os agricultores e agricultoras desses territórios são obrigados a conviver com a “chuva de prata”. Isto é, a contaminação dos seus corpos e de sua produção é algo que não perpassa pela escolha individual de cada um, é algo imposto por um modo de produção e sociedade que naturaliza a produção de riqueza em detrimento dos corpos e mentes da população preta e não branca.



Na nossa junção periferia-periferia conectamos a defesa dos agricultores e agricultoras com a defesa do se alimentar bem, da alimentação adequada, a partir de uma produção que respeita a Natureza e seus ciclos. É nessa troca que vamos proseando, dialogando sobre o mundo e de como ele pode e deveria ser diferente. É a prefiguração que parte da terra e das nossas mãos, porque sonhar deve ser a prática de tecer cotidianamente saídas para aquilo que não queremos deixar perpetuar.

Sob o efeito direto da pandemia, somente entre 2021 e 2022 conseguimos comprar mais de 4.737,4 quilos de alimentos frescos, totalizando mais de 577 cestas de alimentos: batata-doce, inhame, aipim, batata-cenoura, cúrcuma, cará, berinjela paulista, beterraba, tomate, cenoura, vagem, couve e cheiro verde.

Figura 2 – Dia da Feira Solidária, foto realizada pela Teia de Solidariedade da Zona Oeste, em 12-12-2021



Jurema Constâncio¹⁰, articuladora da Teia e coordenadora da UMP-RJ, movimento social de moradia, comenta, em entrevista concedida ao Projeto Teia das Pretas, a importância da ação e como a alimentação integra lutas, como o direito à alimentação e o direito à moradia: “É muito importante para ajudar no complemento da alimentação das famílias, incluindo os idosos, que dividem seus salários para garantir a alimentação dos seus netos”. Nesse mesmo dia, Constâncio vibrou com o direito à alimentação saudável. “Eu vi a festa que alguns fizeram para cozinhar as batatas-doces e viram que era rosa.” (CONSTANCIO, 2021) Nessa mesma ocasião, alguns comentaram que o gosto era diferente e o tempo de duração também era maior. Aí comentamos que era mais saboroso e durava mais por não ter agrotóxico.

10 CONSTÂNCIO, Jurema da Silva. Entrevista concedida a Caren Freitas. *Projeto Teia das Pretas*. Rio de Janeiro, outubro, 2021.



No que tange à prática, o relato subsequente mostra como Maria de Fátima Barbosa¹¹, moradora da Estrada dos Caboclos - ou Quilombo das Caboclas, como apelidamos -, em Campo Grande, também articuladora da Teia, igualmente foi mobilizada por essa práxis:

A minha experiência com a entrega dos alimentos é de gratidão. Foi muito bom fazer parte deste projeto que é de grande importância, de cuidar e acolher os menos favorecidos, fazer bem é sempre muito bom para mim, não só pela realização pessoal, mas também por fazer parte de um projeto em que as mulheres cuidam umas das outras. Mulheres pretas, pobres e periféricas que têm a vontade de sobrevivência. (...) Elas me fazem bem, não tem preço. E tenho retribuído com meu carinho e minha gratidão. Sempre peço para termos um mundo melhor com pessoas melhores, mas ainda temos que aprender e isso também me faz aprender. Nós, mulheres dos caboclos, somos muito gratas. Eu, em especial, só tenho a agradecer, obrigada por tudo. (BARBOSA, 2022)

Depoimentos como esses corroboram com a complexidade da atuação da Teia, de como as mulheres pretas mexem e conectam lutas que muitas vezes são fragmentadas e se transformam em convergências mais significativas.

Tira caqui

Outra experiência que vale a pena ser destacada e que se relaciona com a conexão entre territórios de vulnerabilidade alimentar e territórios agrícolas na Zona Oeste é a colheita do caqui. Anualmente, entre os meses de março e abril, são promovidos mutirões solidários de colheita dos caquis. É uma forma de levar aqueles e aquelas que podem e querem ajudar na colheita para uma imersão no território e, ao mesmo tempo, se assim desejarem, propiciar a compra direta com os agricultores e agricultoras. É uma tradição criada desde 2011.

A nossa juventude sempre tem atuado e já tem ligação histórica com os agricultores e agricultoras. Como forma de fortalecer a nossa prática, a Teia apoiou integralmente o tira caqui com o agricultor Thiago e a juventude que esteve presente com a nossa articuladora Saney Souza. Esse é um dos modos de trazer a temática da alimentação também para seu aspecto cultural.

Entendemos a alimentação como o principal determinante social da saúde, sendo fundamental para o enfrentamento às epidemias e, mais particularmente, à trágica experiência de pandemia que estamos atravessando. É também um eixo estratégico, através do qual podemos avançar em direção ao Bem Viver. Acreditamos que sem a construção de uma estratégia de soberania alimentar não poderemos avançar na criação de uma sociedade com justiça social, racial e de gênero. A soberania alimentar precisa ser o primeiro alvo dos territórios em luta, mas reconhecemos que não é a única tarefa.

Como já afirmamos, a soberania alimentar é compreendida por nós como um projeto

11 BARBOSA, Maria de Fátima. Entrevista concedida a Caren Freitas. *Projeto Teia das Pretas*. Rio de Janeiro, maio, 2022.



político das classes trabalhadoras e camponesas e, por isso, depende da organização popular. Portanto, em nossa práxis estão presentes também encontros, marchas e mobilizações, que podem nos conduzir a essa profunda transformação social. Nessa direção, merecem destaque os encontros presenciais da Teia ZO e a participação na grande Marcha das Mulheres Negras, em julho de 2022.

Nossos agradecimentos às articuladoras envolvidas. Citamos uma por território e na pessoa delas nossa gratidão a todas: Elza Serra, Giovanna Berti, Helena Mateus, Jurema Constâncio, Karolaine Mendes, Leonídia Insfran de Carvalho, Marina Ribeiro.

Figura 3 - Encontro na Casa-Museu Mulheres de Pedra em, foto realizada pela Teia de Solidariedade da Zona Oeste, em 1-05-2022



CONSIDERAÇÕES INICIAIS - UM NOVO TEMPO

Desenhamos juntas essas considerações, embaladas pela música e letra de Ivan Lins e Vítor Martins¹². Os dois artistas relembram às mais velhas que já passamos por “perrengues” maiores. Anunciam que temos uma herança pretérita e futura. Podemos reconstruir as nossas relações sociais. Ainda que olhemos a partir dos códigos e dos processos feministas negros e antirracistas, há que se compreender o motor histórico do racismo para não sermos presas de inocência.

As nossas heranças têm a sua dimensão material do espaço urbano. Sendo a terra a mãe de todas as riquezas, ela está no cerne da possibilidade de semear soberania alimentar. Não há

12 No novo tempo/Apesar dos castigos/Estamos crescidos/Estamos atentos/Estamos mais vivos/Pra nos socorrer/Pra nos socorrer/Pra nos socorrer/No novo tempo/Apesar dos perigos/Da força mais bruta/Da noite que assusta/Estamos na luta/Pra sobreviver/Pra sobreviver/Pra sobreviver/Pra que nossa esperança/Seja mais que vingança/Seja sempre um caminho/Que se deixa de herança/No novo tempo/Apesar dos castigos/De toda fadiga/De toda injustiça/Estamos na briga/Pra nos socorrer/Pra nos socorrer/Pra nos socorrer/No novo tempo/Apesar dos perigos/De todos pecados/De todos enganamentos/Estamos marcados/Pra sobreviver/Pra sobreviver/Pra sobreviver/Pra que nossa esperança/Seja mais que a vingança/Seja sempre um caminho/Que se deixa de herança/No novo tempo/Apesar dos castigos/Estamos em cena/Estamos na rua/Quebrando as algemas/Pra nos socorrer/Pra nos socorrer/Pra nos socorrer/No novo tempo/Apesar dos perigos/A gente se encontra/Cantando na praça/Fazendo pirraça/Pra sobreviver/Pra sobreviver/Pra sobreviver. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ivan-lins/46444/>.



terra nas mãos das mulheres negras em quantidade suficiente para deter os processos de fome e insegurança alimentar. Sendo assim, não iremos superar nossas mazelas com organização localista. Muito menos não o faremos com ausência de articulações. Dizemos comumente: se o campo não planta, a periferia não janta. Organizar e articular as favelas, os quilombos e a periferia são indispensáveis. São urgências.

Cumprir essa tarefa é admitir uma missão multiescalar: um pouco aqui, um pouco ali. É compreender, a partir da práxis, que a luta contra a fome, pela soberania alimentar, em uma sociedade extremamente desigual, está interligada com outras pautas do nosso cotidiano, como a luta por moradia, saúde integral, por outro tipo de sociedade, pelo Bem Viver e pelo nosso próprio processo de cura entre nós, mulheres, depois de vivenciar tantas violências.

É nessa sociedade, dentro de um tipo de crescimento e desenvolvimento, que muitos vão vivendo a faceta mais perversa em prol de uma minoria que esquece de maneira deliberada a nossa existência. Em contrapartida, com as nossas estratégias, vamos não apenas sobrevivendo, mas resistindo e re-existindo, tecendo possibilidades outras de ser e estar no mundo. Assim, admitimos a urgência da soberania alimentar como um chão firme e nos especializamos a fazer essa costura, recompor esse tecido com a mão, a voz e a inteligência estratégica das mulheres negras e antirracistas. O passado, o presente e o futuro que se aproxima sopram os ventos dos desafios, mas é nesse caminhar que vamos conseguir aglutinar cada vez mais e mais pessoas: “No novo tempo, apesar dos perigos, da força mais bruta, da noite que assusta, estamos na luta”.

Referências

APPV [ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS]. *Plano Popular das Vargens*. Rio de Janeiro: NEPLAC/ETERN/IPPUR/UFRJ, 2017

BAPTISTA, Sílvia R. N. *Comunicação oral em redes sociotécnicas orientadas a plantas medicinais: a relação entre informação científica e conhecimento tradicional*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde). PPGICS-ICICT/ Fiocruz. Rio de Janeiro, 2014.

BRINGEL, B; VARELLA, Renata V. A pesquisa militante no Brasil hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista do Direito Administrativo*, São Paulo, 2016, v. 3 n. 3, p. 474-489.

CASTRO, Ana Alvarenga de et al., 2020. Covid no CEP 23000: racismo estrutura letalidade em Campo Grande. *Rio On Watch*. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=48543>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CONSTÂNCIO, Jurema da Silva. Entrevista concedida a Caren Freitas.



Projeto Teia das Pretas. Rio de Janeiro, outubro, 2021.

FERNANDEZ, A. C. F. Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica e produtores na cidade do Rio de Janeiro, *Redd - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, 2014, v.8, p. 3-26.

HIRATA, Daniel; COUTO, Maria Isabel. *Mapa histórico dos grupos armados do Rio de Janeiro*. Fundação Heinrich Boll, 2022. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2022-09/relatorio_mapa_grupos_armados_geni_fogo_cruzado.pdf. Acesso em 09 jan. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO PACS. *Olhares feministas sobre a economia política e o mundo do trabalho: 10 anos de experiência em educação popular*. Edição especial 10 anos do curso Mulheres e Economia. Rio de Janeiro, Série Semeando Economia, 2016, n. 14. 73 p. Cartilha de Formação.

INSTITUTO PACS. *Economia política nas mãos das mulheres: uma experiência de educação popular*. Rio de Janeiro, Série Semeando Socioeconomia, 2010, n. 12. 76 p. Cartilha de Formação.

INSTITUTO PACS; Comitê Popular de Mulheres da Zona Oeste. 2016b. *Mulheres, como vai nossa saúde na Zona Oeste?* Cartilha de Formação.

INSTITUTO PACS; MILITIVA. *Enfrentamentos aos racismos pelos olhares das mulheres: uma cartografia feminista sobre violações e resistências na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. 2018. Disponível em: www.militiva.org.br. Acesso em: 9 dez. 2022.

LIMA, C. F. de et al. A rede carioca de agricultura urbana e o direito à cidade. *Revista Campo-Território*. [S.l.], 2020, v. 14, n. 34. DOI: 10.14393/RCT143413. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/50490>. Acesso em: 9 jan. 2022.

OLIVEIRA, R. R.; FERNANDEZ, A. C. F. Entre roças e florestas: passado e presente na Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 2016, v. 13, p. 777-802. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1095>. Acesso em: 9 jan. 2022.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório, *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, 2016, 24 ed. Disponível em: <https://sur.conectas.org/feminismo-negro-para-um-novo-marco-civilizatorio/>. Acesso em: 19 set. 2021.

